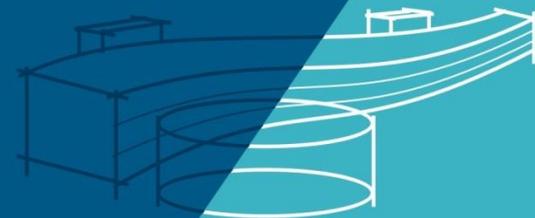




JUSTIÇA FEDERAL
Conselho da Justiça Federal

28ª Reunião do CGI



Brasília, 10 de março de 2022



1. Resultado do cumprimento do Plano Estratégico
2. Panorama dos projetos
3. Resultado PLS 2021-2022
4. Encaminhamentos das ações para adequação LGPD
5. Plano de integridade
6. Prêmio de sustentabilidade
7. Levantamento de ocupações críticas
8. Governança Institucional





1.

Plano Estratégico - Apresentação dos resultados de 2021 - Metas

MAPA ESTRATÉGICO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL 2021-2026

MISSÃO:

Contribuir para a excelência dos serviços da Justiça Federal, por meio do aperfeiçoamento da gestão e da governança, da supervisão administrativa e orçamentária, e das atividades correicionais.

VALORES:

Ética, Respeito à cidadania e ao ser humano, Desenvolvimento sustentável, Transparência, Qualidade, Proatividade, Profissionalismo e Inovação.

VISÃO DE FUTURO:

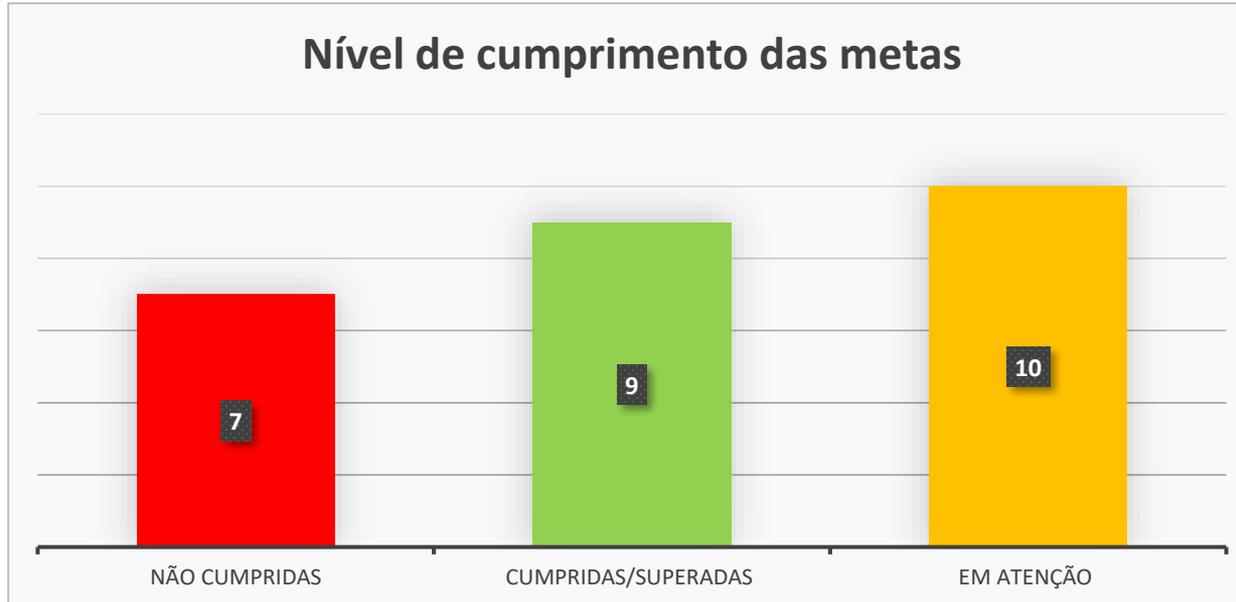
Ser reconhecida como líder na supervisão, integração e desenvolvimento da Justiça Federal.





1.

Plano Estratégico - Apresentação dos resultados de 2021 - Metas



Percentual de cumprimento: 34,6%

Percentual de cumprimento	Cor
Até 49%	Vermelha
50 a 99%	Amarela
100%	Verde



1.

Plano Estratégico - Apresentação dos resultados de 2021 - Metas

META	Índices alcançados	Nível de cumprimento
Meta 1 – Reduzir para 40 dias o tempo médio do trâmite dos processos da TNU	104,34%	Superada
Meta 2 – Atender 100% dos itens e-Gov de acessibilidade até 2026	25%	Não cumprida
Meta 3 – Posicionar o CJF entre os 50 primeiros órgãos no ranking da transparência	92,9%	Em atenção
Meta 4 – Estabelecer anualmente, duas parcerias internacionais	150%	Superada
Meta 5 – Estabelecer, anualmente, três parcerias nacionais	300%	Superada
Meta 6 - Atingir, até 2026, mais 6 sistemas nacionais	100%	Cumprida
Meta 7 – Realizar, até 2026, 10 contratações conjuntas	0%	Não cumprida
Meta 8 – Obter, no mínimo, 80% de percepção positiva dos servidores em relação aos meios de comunicação internos disponíveis, até 2026	0%	Não cumprida
Meta 9 – Aumentar, a cada ano, a quantidade de comunidades de prática ativa, física ou virtual, na Justiça Federal		Não prevista a mensuração em 2021
Meta 10 - Realizar pesquisas, estudos e diagnósticos sobre 100% dos temas identificados como de relevância para a JF, até 2026	133,33%	Superada



1.

Plano Estratégico - Apresentação dos resultados de 2021 - Metas

META	Índices alcançados	Nível de cumprimento
Meta 11 – Executar ações em 100% das demandas autuadas no âmbito da SCG até a primeira decisão/despacho lançada(o) por acordo de cooperação técnica nº 001/2018 entre o CNJ e o CJF	99,4%	Em atenção
Meta 12 – Executar 100% das ações de inspeções articuladas entre o CJF e os TRFs	100%	Cumprida
Meta 13 – Manter-se no nível “Aprimorado” nas avaliações de governança	2022	Não prevista a mensuração em 2021
Meta 14 – Manter-se no nível Aprimorado nas avaliações de governança de TI até 2026	79,4%	Em atenção
Meta 15 – Realizar, anualmente, 100% das vistorias técnicas previstas nos planos anuais	0%	Não cumprida
Meta 16 – Realizar, anualmente, 100% das auditorias previstas nos planos anuais, até 2026	60%	Em atenção
Meta 17 – Reduzir 50% no tempo de realização das auditorias até 2026		Não prevista a mensuração em 2021
Meta 18 – Promover, pelo menos, um evento sobre auditoria interna (SAI) e, pelo menos, um evento sobre gestão de obras (SGO)	50%	Em atenção
Meta 19 – Integrar medidas de sustentabilidade, quando cabível, a 90% dos contratos analisados, até 2026	103,7%	Superada
Meta 20 – Cumprir 100% das metas do PLS	80%	Em atenção



1.

Plano Estratégico - Apresentação dos resultados de 2021 - Metas

META	Índices alcançados	Nível de cumprimento
Meta 21 – Atingir, até 2026, institucionalização de 13 normativos de política de segurança da informação	0%	Não cumprida
Meta 22 – Evoluir, até 2026, em 20% com relação à maturidade base em segurança da informação		Não prevista a mensuração em 2021
Meta 23 – Atingir, até 2026, o nível 4 nos processos de gestão de vulnerabilidade	0%	Não cumprida
Meta 24 – Manter, em 2026, 90% de satisfação dos usuários com os serviços de TI	98,9%	Em atenção
Meta 25 – Atingir, em 2026, 12 inovações e modernizações tecnológicas implementadas aos usuários	200%	Superada
Meta 26 – Capacitar, anualmente, 80% dos servidores do CJF em pelo menos uma ação educacional	115,2%	Superada
Meta 27 – Capacitar, a cada biênio, 100% dos gestores do CJF em 30 horas de capacitação de natureza gerencial	32,5%	Não cumprida
Meta 28 – Executar, anualmente, 80% das ações de capacitação previstas no PAC	72,9%	Em atenção
Meta 29 – Alcançar e manter, até 2025, 70% de satisfação nas pesquisas de clima organizacional	98,3%	Em atenção
Meta 30 – Executar 90% das dotações para despesas discricionárias	90%	Em atenção



Perspectiva Sociedade

Garantir o direito à informação

Meta 2: Atender 100% dos itens EGov de acessibilidade até 2026.

Meta 2021	Resultado	Cumprimento
4 itens	1 item	25%

Responsável: Júlio César dos Santos da Rosa

Estreitar a integração e a parceria com a Justiça Federal e outras instituições

Meta 7: Realizar, até 2026, dez contratações conjuntas

Meta 2021	Resultado	Cumprimento
2 contratações	Nenhuma contratação	0%

Responsável: André Ricardo Lapetina Chiaratto



Perspectiva Processos Internos

Promover a gestão do conhecimento e da inovação para aperfeiçoamento da gestão judicial e administrativa no CJF

Meta 8: Obter, no mínimo, 80% de percepção positiva dos servidores em relação aos meios de comunicação internos disponíveis, até 2026

Meta 2021	Resultado	Cumprimento
70% de satisfação	Não houve pesquisa	0%

Responsável: Paulo Rosemberg Prata da Fonseca



Perspectiva Processos Internos

Aperfeiçoar as medidas administrativas de controle e de fiscalização na JF para assegurar a proteção do uso dos recursos públicos

Meta 15: Realizar, anualmente, 100% das vistorias técnicas previstas nos planos anuais

Meta 2021	Resultado	Cumprimento
7 vistorias previstas	Nenhuma realizada	0%

Responsável: Fábio Mendonça



Perspectiva Recursos e Pessoas

Fortalecer a segurança de informação

Meta 21: implantar, até 2026, todos os mecanismos necessários para assegurar a integridade, a confidencialidade e a disponibilidade das informações organizacionais no âmbito do CJF

Meta 2021	Resultado	Cumprimento
Institucionalizar 3 normas	Nenhuma norma	0%

Responsável: Renato Solimar Alves

Meta 23: promover o aumento do nível de maturidade do processo de gestão de vulnerabilidade

Meta 2021	Resultado	Cumprimento
Nível 1 de maturidade	Não houve mensuração	0%

Responsável: Renato Solimar Alves



1.

Perspectiva Recursos e Pessoas

Desenvolver, integrar e valorizar pessoas

Meta 27: capacitar, a cada ano, até o ano de referência, 100% dos gestores do CJF com prazo de capacitação no período em questão

Meta 2021	Resultado	Cumprimento
Capacitar 100% dos gestores	32,5%	32,5%

Responsável: Hugo Bittencourt de Oliveira Rozendo



PROJETOS ESTRATÉGICOS NACIONAIS (STATUS DEZ/2021)



Percentual médio de execução: 41,55%



PROJETOS ESTRATÉGICOS LOCAIS (STATUS DEZ/2021)



Percentual médio de execução: 60,44%

**PROJETOS ESTRATÉGICOS LOCAIS EM EXECUÇÃO**

Projeto	Objetivo Estratégico	Área Responsável
Certidão única	Impulsionar a prestação jurisdicional de excelência para a sociedade	CEGDOC
eSocial	Promover a gestão do conhecimento e da inovação para aperfeiçoamento da gestão judicial e administrativa no CJF	SGP
Elaboração do Plano de Continuidade do CJF	Promover a melhoria da governança no CJF	SEG
Institucionalização dos normativos de segurança da informação.	Fortalecer a segurança da informação	STI
Plano de Continuidade de Serviços de TI	Fortalecer a segurança da informação	STI
Sistema informatizado de controle interno	Aperfeiçoar as medidas administrativas de controle e de fiscalização na Justiça Federal para assegurar a proteção do uso dos recursos públicos	SAI



3. Apresentação dos resultados do PLS

PRINCIPAIS RESULTADOS

80%
Metas alcançadas

Indicador	Obras e Reformas	Papel	Impressão	Telefonia fixa	Energia elétrica	Água	Deslocamento de pessoal	Total
2019	123.876,15	10.957,65	215.756,20	10.608,59	1.427.654,39	68.405,48	886.512,66	
2020	253.237,47	1.529,37	210.498,20	6.458,25	1.016.257,98	57.638,75	23.045,35	
2021	1.223.409,73	3.910,93	220.924,29	2.194,02	1.285.736,16	70.573,46	618.057,48	
	1.099.533,58 Acréscimo	7.046,72 Redução	5.168,09 Acréscimo	8.414,57 Redução	141.918,23 Redução	2.167,98 Acréscimo	268.455,18 Redução	681.034,95 Acréscimo total



3. Apresentação dos resultados do PLS

1	Compras e contratações sustentáveis	Ter pelo menos 40% do número de novos contratos em conformidade com o Manual de sustentabilidade de compras e contratações do Conselho da Justiça Federal	
2	Padronização e catalogação de materiais sustentáveis	Ter 35% de bens duráveis e materiais diferentes catalogados como sustentáveis ou não até 2022	
3	Gestão de materiais	Reduzir o número de itens consumíveis do CJF até 2022. Valor de referência: 152 (valor 2020)	
4	Consumo de papel	Reduzir os gastos com papel A4 em 12,5% em relação a 2019	
5	Volume de impressão	Reduzir o volume de impressão em 12,5% em relação a 2019	
6	Outsourcing de impressão	Manter os custos com o contrato de outsourcing em relação a 2019	
7	Contrato de telefonia	Reduzir o custo total com telefonia em 15% em relação a 2019	
8	Contrato de energia elétrica	Reduzir o consumo em 7,5% em relação a 2019	
9	Contrato de água e esgoto	Contrato de água e esgoto Contrato de água e esgoto	
10	Gestão de resíduos sólidos	Ter um Percentual Coleta Seletiva maior que 10%	



3.

Apresentação dos resultados do PLS

11	Deslocamento de pessoal	Reduzir o valor do quilômetro rodado pelos veículos do CJF em 7,5% em relação a 2019	
12	Qualidade de vida no trabalho	Diminuir o afastamento de servidores para tratamento de saúde em relação a 2019	
13	Avaliação das ações de QVT	Obter, pelo menos, 70% na avaliação de reação de todas as ações propostas de QVT	
14	Inclusão e equidade	Ter pelo menos 10% da força de trabalho total do CJF participando como voluntário nas ações solidárias promovidas pelo CJF	
15	Capacitação em sustentabilidade e ODS 2030	Ter 35% servidores com ao menos uma capacitação sobre temas específicos da sustentabilidade e sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS 2030	
16	Comunicação e sustentabilidade	Ter 35% de satisfação do público interno e público externo com as notícias veiculadas pela ASCOM sobre sustentabilidade e aplicação dos 11 temas desenvolvidos pelo PLS	
17	Obras, layout e acessibilidade	Ter obras e reformas que tenham impacto positivo em pelo menos um dos temas a seguir elencados: gestão de água, acessibilidade do edifício, qualidade do ar e conforto térmico	



4. Ações para adequação da LGPD

O projeto **Implantação da Lei Geral de Proteção de Dados na Justiça Federal**, vinculado ao macrodesafio **Fortalecimento da Estratégia de TIC e de Proteção de Dados**, foi concluído com a entrega dos seguintes produtos:

1. realização de diagnóstico situacional da implantação da LGPD no CJF e nos TRFs;
2. elaboração do plano de proteção de dados no CJF e nos TRFs;
3. implantação da LGPD no CJF; e
4. avaliação de ajustes implementados no CJF.



4.

Ações para adequação da LGPD

Quadro de Acompanhamento das Pendências para Implantação da LGPD no CJF

Ação	Responsável	Data da Entrega	Comentários
Realizar análise de riscos dos processos e interagir com a STI para avaliar as demandas necessárias em termos de adequação de sistemas para garantir a proteção dos direitos do titular e implementação dos direitos.	Unidades gestoras de processos de trabalho que tratam dados pessoais		Riscos identificados registrados nos documentos ids: 0299980, 0301204, 0301555, 0303261, 0306362, 0307245,
Informar rol de operadores para complementar inventário de dados	Unidades gestoras de processos de trabalho que tratam dados pessoais		Indicação de Operadores documento id: 0308153. Obs.: em alguns dos quadros onde foram identificados riscos, item acima, também foram indicados operadores.
Inclusão de pop-up com aceite para uso de cookies no portal. STI 01/04/2022	ASCOM	01/04/2022	
Inclusão da Portaria 394 (0245638) no portal da LGPD, tema “Segurança da Informação”	Fortalecer a segurança da informação	Não informado pela unidade	



4.

Ações para adequação da LGPD

Quadro de Acompanhamento das Pendências para Implantação da LGPD no CJF

Ação	Responsável	Data da Entrega	Comentários
Que seja produzida e instalada nas dependências do CJF informações gerais sobre os direitos dos titulares que fornecem dados na entrada das dependências do órgão	ASSEP e ASCOM		Proposta de cartazes (0303668, 0303669, 0303670) aguardando aprovação.
Elaborar proposta do Manual da organização, visando adequar as competências das unidades para abarcar as responsabilidades pertinentes à LGPD	SEG	06/05/2022	
Elaborar proposta sobre alteração do papel de encarregado para alguma unidade da estrutura	SEG	04/04/2022	Concluído
Criar fluxo de trabalho para comunicar ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares	SEG e STI	A definir	
Envio de minuta de cartilha para que as unidades do CJF possam sugerir boas práticas a serem inseridas no documento	SG	Realizado. Despacho 0299617	Sugestões à Cartilha documentos ids: 0304567 e 0307239
Iniciar projeto Definição de Política de Governança de Dados	SEG	A definir	Projeto em discussão

Quadro atualizado com as informações prestadas desde a solicitação da SG (0299617) até o documento 0308895. Atualizado em 16.02.22



Resolução CNJ n. 410 de 23 de agosto de 2021
(0002484-74.2021.4.90.8000)

Art. 2o Os órgãos do Poder Judiciário poderão contar com sistemas de integridade, cujos principais objetivos serão a disseminação e a implementação de uma cultura de integridade e a promoção de medidas e ações institucionais destinadas à prevenção, à detecção e à punição de fraudes e demais irregularidades, bem como à correção das falhas sistêmicas identificadas.



Estrutura (CGU, TCU, Anatel)	Correspondente no CJF
Comitê de Gestão Estratégica	CGI – Resolução CJF n. 668, de 09 de novembro de 2020
Comitê de combate ao assédio moral e sexual	Comissão de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral e Assédio Sexual – Portaria CJF n. 172
Comissão permanente de acessibilidade e inclusão	Comissão de Acessibilidade e Inclusão – Portaria CJF n. 524/2021
Comitê Gestor do Portal	Criado pela Portaria CJF n. 266, de 8 de junho de 2021
Comissão do PLS	Dispõe sobre o PLS – Portaria CJF n. 422/2019
Gestão de Riscos	Comitê Permanente de Gestão de Riscos - Criado pela CJF-POR-2019/00007, alterada pela Portaria CJF n. 87, de 26 de fevereiro de 2021



Estrutura (CGU, TCU, Anatel)	Correspondente no CJF
Ética e conduta	<p>Código de conduta do CJF – Resolução n. 147, de 15 de abril de 2011</p> <p>Comitê gestor do código de conduta do CJF – Portaria 10, de 13 de janeiro de 2020</p> <p>I - Membros Titulares: Érico Alessandro Fagundes, Marcio Gomes da Silva, José Celino da Silva Junior e Alzira Lúcia Guedes Fidelis;</p> <p>II - Membros Suplentes: Marcus Aurelius Soares de Araujo, Valeria Prado Arcirio de Oliveira Braga, Renato de Oliveira Paes e Jandovi Alencar de Sá Irmão</p>
Transparência ativa e acesso à informação	<p>Página da transparência no Portal - Transparência Pública — Conselho da Justiça Federal (cjf.jus.br)</p>
Tratamento de representações e denúncias	<p>Fale com a Corregedoria-Geral - Fale Conosco — Conselho da Justiça Federal (cjf.jus.br)</p> <p>Ouvidoria - Ouvidoria — Conselho da Justiça Federal (cjf.jus.br)</p>
Verificação do funcionamento dos controles internos	<p>SAI</p>

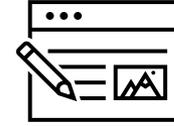


5. Plano de Integridade

Estrutura (CGU, TCU, Anatel)	Correspondente no CJF
Implantação dos procedimentos de responsabilização	Lei nº 8112 de 11 de dezembro de 1990; Lei nº 9784 de 29 de janeiro de 1999.
Unidade gestora de integridade	SG
Tratamento dos conflitos de interesse e nepotismo	Resolução 147/2011: Art. 6º Gestores ou servidores não poderão participar de atos ou circunstâncias que se contraponham, conforme o caso, aos interesses do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus ou que lhes possam causar danos ou prejuízos. Art. 7º Recursos, espaço e imagem do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus não poderão, sob qualquer hipótese, ser usados para atender a interesses pessoais, políticos ou partidários.



Plano de ação



Ação	Responsável
Regulamentar Programa de Integridade	SEG/ASCOM/SAI/SGP
Elaborar Estratégia de Comunicação de Integridade	ASCOM
Promover e disponibilizar eventos de Capacitação aos Servidores e aos membros da Alta Administração sobre temas relacionados à Integridade	SGP
Incluir cláusula contendo a previsão do contratado seguir posturas alinhadas às iniciativas de integridade nos futuros contratos de prestação de serviços com terceiros/fornecedores	ASJUR/SAD
Rever a indicação dos membros da Comissão de Ética e rever e divulgar o Código de Ética	Comitê gestor
Regulamentar o tratamento dos conflitos de interesse e nepotismo e sua responsabilização	A definir



6. Prêmio de Sustentabilidade da Justiça Federal



Práticas individualmente ou em grupo, nas seguintes categorias:

- I - contratações sustentáveis;
- II - gestão de materiais e resíduos sólidos;
- III- gestão de obras sustentáveis;
- IV - capacitação em sustentabilidade;
- V - comunicação e sustentabilidade.

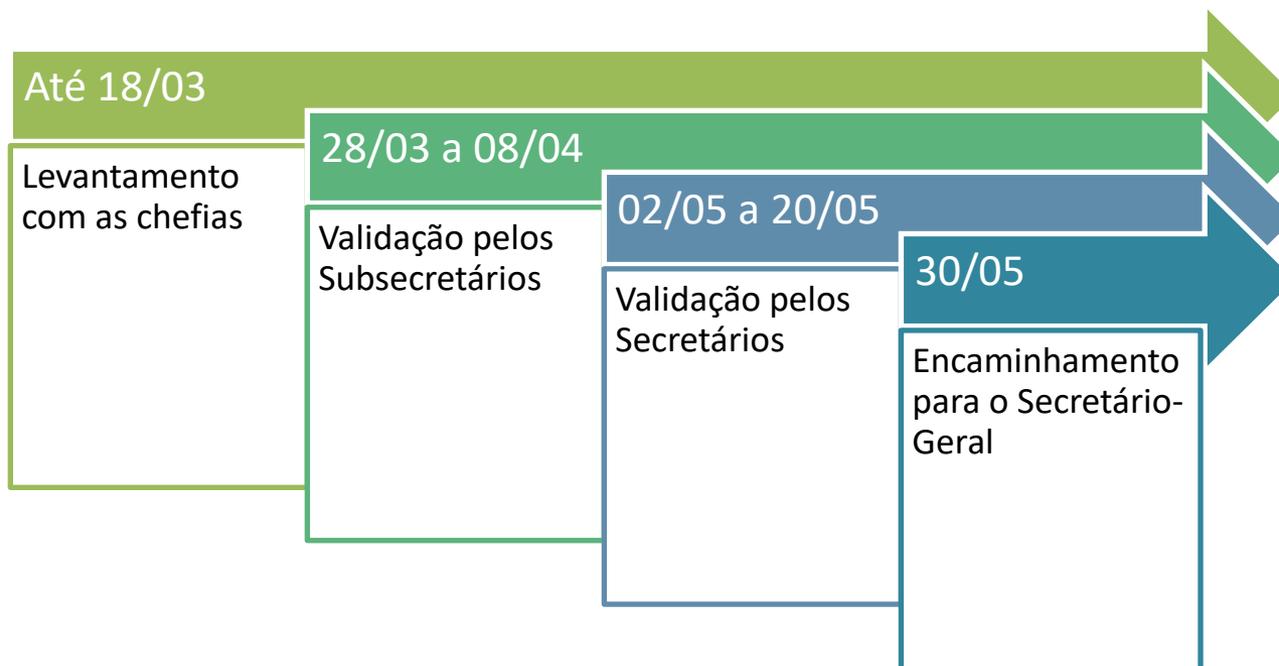
O prêmio será concedido a ações sustentáveis inovadoras, criativas e de resultado comprovado das áreas finalística e administrativa das unidades da Justiça Federal.

Dar visibilidade às práticas de sucesso, contribuindo para a aprendizagem e a replicação em favor dos impactos positivos das decisões e das atividades para a sociedade e para o meio ambiente, bem como contribuir para uma Justiça Federal mais moderna e sustentável.



7. Levantamento de ocupações críticas

Trabalho realizado conforme projeto estratégico (0003473-75.2021.90.8000)





8. Governança Institucional

Relatório Individualizado dos resultados específicos do CJF

Proc SEI nº 0001310-11.2021.4.90.8000

Acórdão n. 2164/2021-TCU-Plenário

Indicador	Valor 2018	Valor 2021
IGG - Índice Integrado de Governança e Gestão Públicas	55%	40,7%
IGovPub - Índice de Governança Pública	53%	44,1%
IGovPessoas - Índice de Governança e Gestão de Pessoas	39%	43,3%
IGestPessoas - Índice de Capacidade em Gestão de Pessoas	28%	35,2%
IGovTI - Índice de Governança em Gestão de TI	70%	57,1%
IGestTI - Índice de Capacidade em Gestão de TI	81%	56,6%
IGovContrat - Índice de Governança e Gestão de Contratações	71%	37,0%
IGovContrat - Índice de Capacidade em Gestão de Contratações	59%	50,4%
IGovOrcament - Índice de Governança e Gestão Orçamentária	-	12,5%
IGestOrcament - Índice de Capacidade em Gestão Orçamentária	-	4,4%

Aprimorado = 70 a 100%;
Intermediário= 40% a 69%;
Inicial= 15 a 39,9%
Inexpressivo= 0 a 14%



Próxima etapa:

Encaminhamento da lista de práticas pendentes para análise das unidades